

Preconceito político como conteúdo na percepção de estudantes de uma graduação na área da saúde

Political prejudice as content in the perception of undergraduate students in a health area

 **Leonardo Carnut¹**

 **Celso Zibovicius²**

 **Nathallie Alves Agripino³**

Resumo

Realizou-se uma pesquisa-ação, crítico-colaborativa, com estudantes do curso de odontologia de uma graduação de uma universidade pública do sudeste do Brasil cujo produto foram 91 textos escritos sobre preconceito político no contexto do golpe de 2016. Optou-se pela análise de conteúdo, usando-se a ideia de 'preconceito' através da tradição da linguística crítica. Das 18 categorias identificadas sobre o tema, as percepções do "preconceito político atrelado com o preconceito social e econômico" e da "divisão política muito marcada por dois lados" foram as mais frequentes. É possível afirmar que as percepções dos estudantes sobre o preconceito político transitam entre quatro grandes narrativas.

¹ Doutor em Saúde Pública – Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Email: leonardo.carnut@fm.usp.br

² Doutor em Ciências Odontológicas – Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOUSP). Email: czilbo@usp.br

³ Mestra em Ensino em Ciências da Saúde, Centro de desenvolvimento do ensino superior em saúde (Cedess), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Sanitarista – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (FCM/UPE). Email: nathaliealves7@gmail.com

Palavras-chave: Ensino; pesquisa qualitativa; política; preconceito.

Abstract

A critical-collaborative action research was carried out with students of the dentistry course at a public university in southeastern Brazil whose product was 91 texts about political prejudice in the context of the coup of 2016. We opted for content analysis using the idea of 'prejudice' through the tradition of critical linguistics. Of the 18 categories identified on the subject, perceptions of "political prejudice coupled with social and economic prejudice" and "political division marked by two sides" were the most frequent. It is possible to affirm that the students' perceptions about political prejudice go through four great narratives.

Keywords: Teaching; qualitative research; politics; prejudice.

1. Introdução

No Brasil, ao longo dos governos ditos progressistas Lula e Dilma (2003-2016) (Partido dos Trabalhadores – PT), o país vivenciou politicamente um clássico processo de conciliação de classes (Iasi, 2014). Por mais que este processo possa ser encarado por diferentes perspectivas políticas, grosso modo há certo consenso de que, dentro das alternativas apresentadas pós-redemocratização, a conciliação foi o caminho possível para o alcance da esquerda após anos de governos alinhados à centro-direita (Silva, 2016).

A esquerda, representada naquele momento pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), de um lado proporcionou o processo democratização das ações do Estado brasileiro (González, 2010) que perdurou ao longo de 14 anos. Contudo, por outro lado, este procedimento permitiu que os movimentos sociais, de uma maneira geral fossem gradualmente cooptados por cargos na gestão pública (Vianna, 2011) acompanhado de um tímido investimento em trabalho de base. Isto, inclusive, ocorreu nos espaços de democracia participativa institucionalizados como no caso dos conselhos das políticas públicas por exemplo (Gaspardo, 2018).

Ainda neste cenário contraditório, ao mesmo tempo em que os investimentos nas políticas sociais estavam sendo redirecionados para sinergicamente atuarem em prol da população mais pobre e da classe trabalhadora (unificação dos programas de transferência de renda, reorientação do orçamento do Sistema Único de Saúde, criação de novas universidades públicas e valorização do salário mínimo, dentre outros), incrementos financeiros reais (e não nominais) nas políticas sociais não foram feitos e a opção política dos chefes do executivo em serem permissivos ao solapamento do fundo público em relação ao montante de recursos novos drenados para o pagamento da dívida externa continuou sem muitas resistências no interior do governo (Boschetti, 2018) promovendo assim o que ficou conhecido na literatura científica crítica como um processo político que atendia “dois senhores” (o capital e o trabalho) (Marques e Mendes, 2007).

Contudo, desde uma tradição crítica de análise (Marx, 2011), a luta de classes nunca arrefeceu, contudo achava-se domesticada (Iasi, 2014). Assim, as ‘manifestações de junho de 2013’ reaqueceram a participação popular mais ampliada nas ruas demonstrando que a suposta ‘apatia política’ não apresentava procedência do ponto de vista empírico (Mendonça, 2018). Em que pese as diversas análises sobre a natureza social destas manifestações, a análise crítica marxista considera que se tratou de uma organização popular que ganhou força com a reivindicação sobre os direitos sociais, mais que, rapidamente, foi capturada por movimentos de direita que aproveitaram o acontecimento histórico para ressonar suas pautas (Calil, 2013).

Foi neste momento em que a intensa dicotomia entre esquerda e direita refloriu. Rapidamente, a massa de pessoas se dividiu e seguiu em caminhos opostos na militância sobre os rumos políticos do país. Essa dicotomia ideológica se manteve até as eleições de 2014. A direita se radicalizava para valores consonantes ao projeto neoliberal, aproveitando a crítica ao governo Rousseff para desenvolver um forte “antipetismo” (anti-PT). Esse radicalismo conservador adquiriu elementos de ódio, tornando esse momento histórico tenso, com fortes provocações entre partidários (Brugnago e Chaia, 2015; Oliveira, 2017) da direita com a esquerda.

Já a esquerda, dividida, fragmentou-se em duas posições. Uma pequena parte exigia explicações sobre a cessão do governo Rousseff aos ditames do empresariado e do capital financeiro-rentista (Pinto, 2016). Outra grande parte, que pode ser definida como 'fiéis à liderança carismática lulista' defendiam a manutenção dos parques direitos sociais concedidos ao longo destes anos agarrados firmemente aos dados empíricos desta ampliação como no caso da melhoria do acesso aos serviços públicos de educação (Aguiar, 2016).

Foi neste cenário em que os partidos passaram a ser mais próximos de um centrismo ideológico, assumindo posturas com poucas divergências nos discursos eleitorais. Os processos de inclusão e participação popular eram vistos como falhos e o resultado das votações não satisfazia a população. A participação política por associativismo também se encontrava fraca, desde sua ampla aproximação ao governo Lula, a partir de 2002. E, foi neste bojo, em que o envolvimento dos estudantes, antes considerados vanguardistas em mobilizações políticas, limitava-se aos muros das universidades com lutas por pautas específicas como segurança no *campus* ou redução de mensalidades (no caso das instituições privadas) tendo respostas pouco eficazes fora de espaços universitários (Brugnago e Chaia, 2015).

Os protestos continuaram em 2015 e 2016, mas, pós-eleições presidenciais, ganharam novos contornos. O uso de espaços virtuais para agendar as mobilizações e divulgação de ideias, tais quais as redes sociais *Facebook* e *Youtube* foram essenciais a esse propósito, contudo essa virtualidade permitiu a sensação de proteção que autorizava a rivalidade desmedida entre direita e esquerda. Este ódio, como base de sentimentos fascistas, emergiu por 'detrás das telas', explicitando a ojeriza aos projetos sociais principalmente por aqueles que não enxergam uma saída para suas finanças (Oliveira, 2017).

Foi sob os discursos de ódio, alguns deles entoados por estudantes (Hoepfner, 2014), que o acirramento da disputa política saiu do campo da ideologia e restringiu-se aos partidos e governos. Foi nessa perspectiva, em que as redes sociais tornaram-se um espaço social fecundo para disseminação de ideias que nem sempre são atreladas ao bom senso (Ramos, 2017), demonstrando como discurso

político irrefletido torna-se um 'preconceito político'. Em face às análises superficiais e tendenciosas de fatos políticos e históricos, as pessoas se sentiam ofendidas e isoladas em suas visões de mundo resvalando na saúde psíquica e, quando não, física (via violência). Assim, consideramos o preconceito como:

uma primeira compreensão, em geral, parcial, incompleta, fosca, de alguma coisa. Uma opinião formada sem reflexão. Talvez, por isso, muitos preconceitos têm um sentido negativo. O preconceito pode ser um ponto de partida que, se for bem desenvolvido, pode tornar-se um conceito, ou seja, um conhecimento mais amplo e completo. O preconceito só se torna negativo quando ficamos nele, sem desenvolvê-lo. Aí ele nos limita, nos impede de ver as coisas de uma maneira mais desenvolvida, ampla, transparente. (Borges, 2014, p. 1)

Neste sentido, chamamos de 'preconceito político' as ideias ainda pouco desenvolvidas sobre o conteúdo do político-teórico que transita entre a organização social sistematizada e o próprio senso comum. Contextos históricos específicos que geram debates polarizados (como no golpe de 2016) podem gerar compreensões apressadas e falsas definições gerando preconceitos que influenciam a vida política e dificultando, muitas vezes, um aprofundamento do conhecimento.

Em 2018, a rivalidade política atingiu o auge durante a eleição do governo neofascista (Arcary, 2019), Jair Messias Bolsonaro (2018), que verbalizava abertamente a negação dos direitos sociais, dos quais a educação é um deles. Após diversas medidas de desmonte dos direitos sociais (Santos, 2018), em maio de 2019, o corte de verbas para as universidades federais no país foi o mais expressivo da história política do processo terminal da Nova República, mobilizando uma massa de estudantes de nível superior às ruas nas principais capitais do Brasil.

Diante dessa conjuntura política que atravessa o país, é válido tentar estudar o que estudantes dos cursos de graduação nas áreas em que o pensamento político tradicionalmente não é conteúdo obrigatório, pensam sobre este tipo de 'preconceito político'. É importante ressaltar que os estudantes em geral estão mais politizados, mas a falta do ensino sobre política, especialmente nestes cursos, como é o caso das graduações em saúde, promovem a ausência de um debate aberto e

plural, sendo a ausência deste conteúdo nos cursos de saúde também uma opção política.

É neste sentido que este estudo teve como objetivo analisar as percepções de graduandos de odontologia sobre o preconceito político na conjuntura de mudanças políticas intensas vivenciadas no Brasil nos últimos três anos, especialmente no contexto do golpe de 2016. A intenção foi saber como os estudantes percebem este momento e quais relações fazem com seus estoques de conhecimento.

2. Contexto pedagógico e percurso metodológico

Este trabalho é parte de uma pesquisa pedagógica realizada na disciplina de Ciências Sociais em Saúde do curso de graduação em Odontologia da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOUSP), Campus Capital. Do ponto de vista curricular, a disciplina se situa no primeiro ano do curso, sendo ofertada para os dois turnos (80 alunos no período integral e 50 no noturno), totalizando 130 estudantes.

Do ponto de vista do plano de disciplina, a mesma foi dividida por quatro módulos de aprendizagem, sendo o foco dessa pesquisa o segundo módulo, intitulado "Saúde e Preconceito". Este módulo teve como objetivo refletir sobre as principais expressões sociais do preconceito (étnico, religioso, sexual, racial, político, cultural e econômico-social), sendo o preconceito político, o recorte realizado neste artigo.

No que se refere à metodologia de ensino dos conteúdos da disciplina, foi utilizada uma mescla de métodos ativos de ensino-aprendizagem constituídos em: a) seminários - onde os grupos se expressavam livremente e de forma crítico-reflexiva sobre o tema proposto, incluindo dramatizações, músicas e outras estratégias pedagógicas e b) debates problematizadores como atividade-síntese. A avaliação se deu na modalidade 'processual' através da confecção de Cadernos Virtuais de Aprendizagem (CVA) ao longo de 4 meses. Os CVAs se constituíram de uma coleção de textos produzidos pelos estudantes no qual eles escreveram

livremente seus pensamentos sobre o conhecimento produzido pela turma e por sua autorreflexão. Esse material foi postado no final do módulo no ambiente virtual da disciplina, localizado na plataforma Telessaúde/Teleodontologia da FOU SP.

Do ponto de vista da metodologia de pesquisa, tratou-se de um estudo híbrido (Meyer, 2009), com a ideia de 'preconceito' através da tradição da linguística crítica (Rajagopalan, 2003). Esta tradição considera a 'subjetividade refletida', ou seja, o ponto de vista do observador, e os seus interesses em observar o que quer que seja, têm de ser levados em consideração. A partir de então, o objeto de estudo foi a percepção dos estudantes, alunos da disciplina acima citada, sobre o **conteúdo** do preconceito político e sua relação com a saúde através dessa matriz.

Assim, utilizou-se a pesquisa-ação, do tipo crítico-colaborativa (Pimenta, 2005) como método que fundamentou a produção das percepções sobre os **conteúdos** estudados. Tomou-se como 'ação' a produção coletiva das aulas expositivas-dialogadas pelos estudantes sobre o conteúdo do 'preconceito político' e sua relação com seus estoques de conhecimento. Em adição, foi realizada a discussão e reflexão em sala de aula, através de 'tempestade de ideias' cuja digressão coletiva sobre o tema permitiu que os estudantes reelaborassem suas reflexões.

Em seguida, pediu-se para que os estudantes registrassem suas reflexões realizadas sobre a 'ação' nos CVA. A intenção foi proporcionar a reestruturação e sistematização da percepção pela escrita. As produções destes CVAs podem ser caracterizadas na pesquisa educativa como 'textos produzidos pelos sujeitos' (Bogdan e Biklen, 1998) usados como documentos nos quais os estudantes foram avaliados através da 'devolutiva' e 'arbitragem' do professor sobre o conteúdo descrito, sendo este o segundo momento da 'ação'.

Para a pesquisa então, considerou-se apenas os estudantes que consentiram a análise de seus CVAs, totalizando 91 cadernos analisados. Os conteúdos foram sistematizados através dos aspectos clássicos da Análise de Conteúdo (Bauer, 2002). Nos CVAs, estava presente a percepção dos estudantes sobre o conteúdo de todos os tipos de preconceitos trabalhados na metodologia de ensino. No entanto,

foram retirados dos textos os trechos relacionados apenas ao conteúdo do 'preconceito político'. Os cadernos foram lidos na íntegra e em conjunto por três analistas de conteúdo, em reuniões periódicas durante três meses garantindo assim a validação interna da análise (Flick, 2009).

Optou-se por tomar como Unidade Textual de Análise (UTA) as sentenças (frases, orações subordinadas e proposições) relativas à percepção sobre o conteúdo acerca do preconceito político escrito pelos estudantes com o intuito de não perder o foco. Em seguida, essas sentenças foram classificadas por semelhança léxico-semântica em categorias que foram produzidas a partir da impregnação do texto pelos pesquisadores.

Por fim, as categorias construídas serviram de elemento para compreender o espectro da percepção dos estudantes sobre o conteúdo do 'preconceito político' e sua relação com seus estoques de conhecimento. A partir daí, foi realizada uma análise à luz da linguística crítica sobre o conteúdo deste 'preconceito' na relação de ensino-aprendizagem. Entende-se que, por uma questão de coerência metodológica e ético-política, optou-se por uma 'perspectiva progressista' de interpretação dos dados, ancorada na pluralidade de autores que transitam desde a social-democracia (Silva, França, Gerbase, Brugnago e Chaia etc.) até a perspectiva crítica marxista (Iasi, Coutinho, Demier etc.) a fim de não incorrer em nosso próprio 'preconceito político' em desconsiderar a diversidade que é/são a(s) esquerda(s).

É pertinente atentar que este estudo não pretendeu inferir percepções dos estudantes de odontologia de forma generalizada para além do grupo estudado ou, ainda, individualizando suas percepções em função das suas histórias pessoais. Tomou-se, portanto como critério de homogeneidade fundamental (Turato, 2003) o fato destes estudantes serem ingressantes nesta graduação e não terem passado pelo processo de biomedicalização característico do currículo odontológico. Além disso, o estudo não teve como intuito traçar um perfil dos estudantes a fim de cotejar sua percepção sobre o preconceito político em função da sua posição de classe.

Este estudo se restringe, inicialmente, a uma análise da percepção do preconceito político a partir da proposta pedagógica da disciplina. Logo, o que interessa neste estudo é como os alunos dialogam com o conteúdo da disciplina, com seus repertórios e o contexto histórico específico da produção dos documentos, e não uma análise aprofundada da conjuntura política vivenciada neste recorte histórico (mesmo reconhecendo a influência do 'jogo político' e da mídia na produção do golpe em 2016).

O respaldo ético foi dado pela aprovação desta pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de São Paulo, com o CAEE número 68743917.7.0000.0075. Para manutenção da confidencialidade os estudantes foram identificados por códigos alfanuméricos.

3. Resultados e discussão

De acordo com os textos produzidos pelos estudantes na disciplina, foi possível identificar 82 proposições (unidades de texto) que demonstram suas percepções sobre a relação entre preconceito político e seus estoques de conhecimento. Estas foram agrupadas em 18 categorias construídas ao longo do processo de análise e que demonstram, inicialmente, como se distribui a percepção dos estudantes sobre a temática.

Tabela 1. Categorias relacionadas aos conteúdos identificados nos textos dos estudantes do 1º. ano de odontologia da leia-se: FOUSP sobre o preconceito político. São Paulo, 2016.

Número da Categoria	Categoria	nº	%
1	Preconceito político atrelado com o preconceito social e econômico	19	23,1
2	Divisão política muito marcada por dois lados	15	18,2
3	Muitas vezes, sequer sabem o que é direita e esquerda, o que é de extrema ignorância	6	7,3
4	Preconceito político relacionado à aparência física	6	7,3
5	Onde não se aceita a diferença e não se abre espaço para o diálogo e reconhecimento do espaço do outro	5	6,0
6	Vida política é muito banalizada, e ocorre uma grande caricaturização dos políticos	4	4,8
7	Falta de conhecimento que embasa a escolha política entre dois lados	4	4,8

8	Opiniões devido às redes sociais, a intolerância vem ganhando espaço	3	3,6
9	Dar mais importância para o ódio e rixa, a luta é desviada	3	3,6
10	Preconceito político ligado à regionalização que existe em nosso país	3	3,6
11	Eu tenho preconceito político, para mim nenhum político é bom ou vai realmente fazer algo para o nosso país	3	3,6
12	O preconceito até com as pessoas que não definem sua posição política	2	2,4
13	A representatividade de certos grupos na política é muito pequena em relação aos outros	2	2,4
14	O preconceito político é mais um exemplo do egocentrismo das pessoas	2	2,4
15	Preconceito racial e com a mulher são coisas que são melhor estudadas separadamente do ramo político	2	2,4
16	Nesse meio social e virtual as pessoas estão cada vez mais expositivas e menos compreensivas	1	1,2
17	A diversidade é benéfica para o sistema uma vez que nenhuma ideologia traz soluções perfeitas	1	1,2
18	O preconceito é velado e manipulado pela mídia	1	1,2
TOTAL		82	100,0

Fonte: elaborado pelos autores.

A primeira categoria trata do *'preconceito político atrelado com o preconceito social e econômico'* representando 23,1% (19) do total das categorias. Os estudantes descrevem como eles percebem a intolerância vivenciada por eles no contexto da discussão pós-golpe da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. Uma das proposições mais significativas aponta que:

nós estamos vivenciando muito o preconceito político atrelado com o preconceito social e econômico. Temos uma sociedade dividida em *'coxinhas'*, elitistas, brancos e *'mauricinhos'* contrastando com *'petralhas'*, comunistas, pobres que não trabalham e vivem de bolsas que o governo dá. Não há um meio termo. Só de olhar a aparência de alguém já vem na cabeça todas essas características e julgamentos e, conseqüentemente, um ódio gratuito. (LC8)

Gerbase (2017) ao compreender a ação política de grupos jovens evangélicos identificam aquilo que os alunos da disciplina apontam. A falta de refinamento na análise, juntamente com o cenário sociopolítico tensionado pelo período pós-golpe de 2016 os deixou mais susceptíveis a perceber o preconceito político nesta polarização. A associação entre o preconceito econômico-social e preconceito político, desvela, em última instância, o lugar de classe em que o sujeito pensa estar

(Iasi, 2011). Bahia (2014) afirma que, o preconceito político seja uma herança social de uma suposta desilusão em relação à república, que não desembocou nas mudanças sociais esperadas, especialmente na periferia do capitalismo.

Já a segunda categoria mais frequente foi aquela sobre a '*divisão política muito marcada por dois lados*' representando 18,2% (15) do total das categorias. Os estudantes perceberam majoritariamente que:

Na política nota-se um grande extremismo no que se refere a '*esquerda versus direita*'. Ou você é de esquerda, ou de direita, porque se você falar que não é nenhum dos dois as pessoas falam que você não tem argumentos suficientes para defender sua opinião, que você está em cima do muro. (CZ5) Achei extremamente atual por conta da grande polarização que está presente em nossa sociedade, onde até mesmo familiares brigam e discutem por conta da ideologia que uma pessoa acredita. (CZ4)

Analisando os casos dos impeachments de Collor e Dilma, Leitão e Guazina (2018) apresentaram que havia uma perspectiva, pautada fortemente pela mídia de uma polarização entre Dilma e seu golpista Temer, já em outro tempo histórico como no *impeachment* de Collor, a sensação era de "todos contra um" (ou seja, uma nação contra um presidente). Isso reforça a análise de Coutinho (2010), quando o mesmo afirma que a disputa se deu pelo 'alto', através de um cenário de transformismo vivenciado no período Lula-Dilma. De fato, os estudantes percebem essa relação, no entanto, não extrapolam das suas vivências cotidianas. É possível dizer então o que aponta Demier (2012) "com o fim da apatia e a quebra do marasmo de uma vida automática e insípida, desfaz-se o estranho paradoxo de uma cena política despolitizada".

A terceira categoria mais frequente aponta que os estudantes '*muitas vezes, sequer sabem o que é direita e esquerda, o que é de extrema ignorância*' representando 7,3% (6) do total das categorias. Uma das proposições mais significativas explicita que:

Outra cena que ficou na minha cabeça foi a de uma menina em um vídeo sobre preconceito político perguntando a mãe se ela era de direita ou de esquerda, pois ela mesma não sabia dizer o que ela era, isso mostra que o

preconceito nasce da ignorância, era uma menina totalmente ignorante, falando diversas asneiras sobre política, dizendo que era a favor do *impeachment* sem saber explicar por qual motivo [...] histórias como a da médica que se recusou a atender o filho de uma vereadora filiada ao PT... em que mundo nós vivemos? (LC10)

A percepção do preconceito político nas vistas dos estudantes advém da falta de clareza sobre os espectros político-ideológicos contribuindo para narrativas que afastam pessoas e até as matas, a depender do nível de desinformação. Para além das análises corriqueiras entre esquerda e direita, Silva (2014) esclarece que a esquerda é o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub-representados nas esferas de poder; e a direita é o espectro ideológico que pretende preservar ou ampliar os poderes de grupos já devidamente representados nas esferas de poder. Neste sentido, os estudantes afirmam que ignorar este conteúdo favorece o preconceito e reforça a insalubridade das relações.

A quarta categoria mais frequente foi sobre o *'preconceito político relacionado à aparência física'* representando 7,3% (6) do total das categorias. As proposições mais significativas apontavam que:

Este tipo de preconceito também está muito relacionado à aparência física, por exemplo, a questão de uso de tatuagens, a qual muitas vezes é vista negativamente pela sociedade, onde muitas vezes acabam estabelecendo um preconceito sobre o caráter das pessoas pelo simples fato de usarem tatuagem. (LC7)

Confesso que eu mesma não votaria por julgar o estereótipo, pois o político em questão [*apresentado no seminário pelos alunos*] não aparentava ser de boa confiança, e por fim esse candidato acabou ganhando as eleições, mas ele sofre preconceito até hoje. (LC9)

No ideário do grupo de estudantes, o preconceito político também é reforçado pela aparência física. O relato da atividade pedagógica vivenciada de um dos grupos trouxe um político todo tatuado demonstrou essa inquietação. Em seu estudo sobre o uso de tatuagens, França (2016) afirma que o poder público contribui com os preconceitos ao interditar o corpo de determinados agentes

públicos com a tatuagem, por exemplo. Por isso, é comum que no imaginário de certas pessoas também não se dissocie, efetivamente, o uso da tatuagem do comportamento marginal, pois nessas representações, ambas, tatuagem e marginalidade são a mesma coisa.

A quinta categoria em termos de frequência abordou-se que *"onde não se aceita a diferença e não se abre espaço para o diálogo e reconhecimento do espaço do outro"* obtendo 6,0 % (5) dos discursos. Esta ideia é representada pelas proposições:

Finalmente, o preconceito político não é baseado no desconhecimento em minha opinião. Para mim, esse preconceito é simplesmente hostilizar quem não tem as mesmas crenças políticas e pensa diferente de você. (E6)

Os estudantes percebem que a interdição da visão política do outro é um elemento que inviabiliza o diálogo por delimitar o início do preconceito político. Baseando-se nessa ideia, Candau (2008) adverte que nestes processos há o deslocamento do centro de interesse, saindo da valorização da igualdade para evidenciação da diferença. Mesmo assim, quando há a escuta do outro no debate político, às vezes ela é feita de forma 'protocolar' e isso também pode ser considerado um elemento deste preconceito, já que a escuta é usada para deslegitimar ou hostilizar a visão do outro e não para dialogar, ressaltando o aprofundamento das diferenças e não estimulação ao diálogo.

Na sequência, a sexta categoria trata da banalização da vida política obtendo 4,8 % (4) dos discursos, traduzindo-se em:

Hoje a vida política é muito banalizada, e ocorre uma grande caricaturização dos políticos, seja em suas propagandas eleitorais ou até mesmo após a eleição por meio da população insatisfeita com os mandatos. (LC2)

Este conteúdo aponta para a naturalização dos políticos enquanto banais. Isto dialoga com o texto de Rodrigues (2018) quando este autor se refere à insatisfação popular em relação aos seus representantes políticos. Os eleitores acabam por eleger quem não os representa diretamente, e sim políticos que defendem seus interesses próprios, econômicos e/ou familiares. Em razão disso, há

uma baixa representatividade popular na política, o que é responsável por uma parcela dos problemas da democracia brasileira.

A sétima categoria "*oposição de ideias políticas criam estereótipos de ignorância e desconhecimento*" também obteve 4,8 % (4) e encontra-se refletida no conteúdo:

Tem o preconceito com aqueles que são adeptos da direita ou da esquerda, que, por escolher um partido são pobres, negros e burros ou por escolherem o outro são o oposto. As oposições ideológicas incitam uma série de outros preconceitos por meio da criação de estereótipos da sociedade. (LC2)

Os estudantes apontam que o preconceito político deriva visões genéricas e distorcidas dos sujeitos políticos sobre suas preferências políticas, e, em certa medida, são usadas para reforçar seu ponto de vista ideológico caricaturando os sujeitos políticos. Esses discursos podem ser mantidos por muitos temas e figuras caracterizadoras, sendo os substantivos 'ignorância', 'burrice' e 'imbecilidade' alguns exemplos (Barros, 2016).

A oitava categoria "*opiniões devido às redes sociais, a intolerância vem ganhando espaço*" que obteve 3,6 % (3) no qual os estudantes descrevem como eles percebem a intolerância vivenciada por eles no contexto da discussão pós-golpe da ex-presidente Dilma em 2016. Uma das proposições mais significativas apontava que:

[...] nos últimos anos o Brasil passou por uma divisão política muito marcada por dois lados, e hoje, com a facilidade de expor opiniões devido às redes sociais, a intolerância vem ganhando espaço. (E4)

Para esse estudante, o país está marcado por dois lados nos dias atuais. Pressupõe que isso acontece pela facilidade de expor as opiniões pelas redes sociais, o que contribui para a intolerância ganhar espaço. Essa afirmação vai ao encontro do estudo de Brugnago e Chaia (2014), quando descrevem sobre o processo de polarização do país como um posicionamento histórico entre esquerda e direita.

Na sequência de frequências de categorias, a nona retrata que quando se "*dá mais importância para o ódio e rixa, a luta é desviada*". Esta obteve 3,6 % (3) e pode ser traduzida pelo excerto:

O preconceito político é um grande problema, pois, a partir do momento que as pessoas param de se preocupar com o país e começam a dar mais importância para o ódio e rixa, a luta é desviada e jamais conseguiremos ir para frente. (E12)

A luta pelo poder democrático traz à tona os projetos de poder e interesses individuais das pessoas, que se envolvem em um conflito de interesses em massa, deixando-se influenciar pelo grupo de ideias que estejam do lado que representa seus interesses. Esse posicionamento político deriva da construção de ideologias alimentadas por dispositivos subjetivadores ou dessubjetivadores, cujas redes sociais tem ajudado a retroalimentar o ódio e a rixa.

A décima categoria “*preconceito político ligado à regionalização que existe em nosso país*” retrata a ideia, pelos estudantes, de existir preconceito entre regiões brasileiras, apontando uma frequência de 3,6% (3). Podemos verificá-la através do seguinte trecho:

[...]. Desde a última eleição muito se diz que os nordestinos são a causa da eleição da ex-presidenta Dilma. Nós temos o costume de generalizar em tantos aspectos, e junto a isso a incrível mania que os paulistas têm de se acharem superiores em relação aos outros, que simplesmente dizemos que ‘a culpa é daquela raça de nordestinos!’. (R14)

Para os estudantes o preconceito político está relacionado com questões regionais vivenciada na divisão socioeconômica das regiões brasileiras. Considerada ‘subdesenvolvida’ a região nordeste do Brasil, os ‘nordestinos’ seriam responsáveis pela eleição da presidenta Dilma. Em que pese a veracidade do dado (Marques, 2019), o preconceito político é destilado aos nordestinos, mesmo aqueles mais afluentes ou com nível de educação mais alto (Cavalcanti, 1993; Batista, 2014) como um ignorante que não sabe votar ou que desconsidera a geração de riqueza feita no país, demonstrando o menosprezo dos habitantes das áreas mais ricas do Brasil relativamente às mais empobrecidas.

A décima primeira categoria obteve 3,6% (3) de frequência e foi “*Eu tenho preconceito político, para mim nenhum político é bom ou vai realmente fazer algo*

para o nosso país". Esta categoria nos mostra um descrédito da classe política que pode estar arraigada em um senso social comum, como retratado a seguir:

[...] para mim nenhum político é bom ou vai realmente fazer algo para o nosso país, é só um meio desonesto que as pessoas encontram para ganhar dinheiro à custa da grande desorganização do Brasil [...]. (LC2)

A redução da ideia de preconceito político à figura do 'político' demonstra como há uma redução, na percepção do grupo de estudantes sobre a política em *lato sensu*. Mesmo restritas às instituições políticas, generalizações tais como 'o político é sempre desonesto' configuram um operador ideológico eficaz para desmotivar o jovem estudante à vida política (Castro e Abramovay, 2002; Martorano, 2007). Contudo, em ampla análise realizada por Castro e Reis (2012) foi verificado que o brasileiro não é apático politicamente, e sim os canais governamentais não oferecem atrativos a sua participação, seguindo a mesma tendência nos dois países em questão.

A décima segunda categoria, a qual obteve 2,4% (2) de frequência, foi aquela que descreve que há também "*O preconceito até com as pessoas que não definem sua posição política*" reproduzindo um tipo de hostilidade frente à opção de não posicionamento. Isso é retratado no excerto a seguir: "[...]. Está fixo na cabeça da grande maioria que você tem que escolher seu lado, e defende-lo até o fim" (CZ5).

Os estudantes percebem que, ao passo que uma posição política não é defendida, isso também é gerador de preconceitos. Segundo Crochík (2005), esta indecisão talvez ocorra porque a distinção entre as alternativas políticas tenha diminuído, já que as diferenças societárias não têm tido espaço nas disputas eleitorais muitas vezes conduzindo a política a uma questão essencialmente técnico-administrativa.

A décima terceira categoria foi "*A representatividade de certos grupos na política é muito pequena em relação aos outros*" apresentando 2,4% (2) de frequência. Esta categoria trouxe luz ao questionamento sobre representação política sob o olhar de coletivos desfavorecidos histórico-socialmente:

[...] negros e mulheres terem pouquíssima representatividade no cenário político. Isto ocorre por conta de um processo histórico onde os negros e pardos, desde o início da colonização brasileira, são vistos como uma classe desfavorecida e inferior. (CZ4)

De fato, o problema da representatividade existe demonstrando o quanto a percepção dos estudantes está em consonância com o real. Segundo Meneguello et al (2012), boa parte da literatura sobre a relação entre mulheres, negros e política que investiga os condicionantes da sua baixa presença nas instâncias parlamentares, demonstra a baixa participação destes grupos e dificuldades enfrentadas para a construção de carreiras políticas, promovidas tanto pelo descompasso entre as dinâmicas das vidas privada e pública, quanto pelo ambiente político e institucional, em que são enfatizadas as regras do sistema eleitoral e as medidas legais para garantia do equilíbrio representativo.

A décima quarta categoria "*o preconceito político é mais um exemplo do egocentrismo das pessoas*" obteve 2,4% (2) do total das categorias. Ela pode ser representada pelo seguinte excerto: "O preconceito político é mais um exemplo do egocentrismo das pessoas, cada um tem uma ideologia sobre algum assunto e não necessariamente é igual" (T3).

Para os estudantes o preconceito e intolerância seguem o mesmo raciocínio de que "as pessoas têm que pensar do jeito que eu penso". E a partir dessa ideia os indivíduos começam a rejeitar tudo e todos que pensam de maneiras diferentes e tem ideologias políticas diferentes. Fruto de um pensamento ainda infantil, Rodrigues (2018) explicita que o egocentrismo ainda remanesce na maior parte dos adolescentes e também dos adultos, sendo resquícios de "operações formais" no nível convencional, que ainda não foram superadas.

A décima quinta categoria "*preconceito racial e com a mulher são coisas que são melhor estudadas separadamente do ramo político*" representou 2,4% (2) do total das categorias. O excerto que mais chamou a atenção foi:

Acredito que o preconceito com a mulher não é algo recente. É algo que está incrustado na cultura desde sempre. De qualquer maneira, acho que

preconceito racial e com a mulher são coisas que são melhor estudadas separadamente do ramo político, pois é um universo muito amplo. (CZ5)

Para os estudantes, a interseção destes marcadores é difícil. No Brasil, existe uma baixa participação nas instâncias representativas de negros e mulheres. Uma das explicações para tal fato reside no preconceito com as mulheres na construção de uma carreira política, bem como o conservadorismo instituído. Estes elementos são uma poderosa dimensão simbólica que fomentam a desigualdade das relações de gênero estabelecendo um entrave para a transformação do domínio masculino na política (Meneguello et al., 2012).

A discriminação por gênero e por raça perpassa a historiografia da sociedade, de forma que os movimentos sociais das mulheres negras tiveram papel preponderante para quebras de estigmas. Na sociabilidade capitalista, essas questões estão interligadas e nenhuma delas precisa ceder face à outra (Oliveira *et al.*, 2018). Nessa perspectiva, diferentemente do que a aluna acredita, é muito artificial estudar separadamente o preconceito racial e de gênero, pois, no 'concreto da vida' eles não estão indissociados.

As três categorias subsequentes corresponderam a 1,2% do total das categorias (1). Dessa forma, a categoria "*Nesse meio social e virtual as pessoas estão cada vez mais expositivas e menos compreensivas*". Os estudantes apresentaram argumentos sobre o preconceito atrelado às ideologias políticas e seus estereótipos na rede. Como pode ser explicitado pelo seguinte excerto: "*Nesse meio social e virtual as pessoas estão cada vez mais expositivas e menos compreensivas, o que vem causado muitas discussões e com elas o preconceito atrelado à política*" (E4).

Esse trecho aponta uma ideia de que as pessoas se sentem mais livres para expor suas opiniões. Contudo, é preciso cautela nesses espaços, haja vista que pode expor preconceitos e conseqüentemente discursos discriminatórios. As plataformas e aplicativos de redes sociais na Internet se transformaram em um dos principais *fronts* de discussão entre grupos opostos, cujas disputas das identidades políticas expressam o preconceito político e a intolerância para o diálogo.

A disseminação do discurso de ódio pelas mídias sociais aumentou, conforme as pessoas se conectaram mais a internet. Os achados de Stein et al., (2018) atribuíram à conjuntura política brasileira o posicionamento dividido da sociedade. Sendo que, as posturas mais intolerantes, que incitam ao ódio, são provenientes da falta de meio termo nas opiniões, da velocidade da disseminação das informações, bem como da facilidade de emissões de opiniões rasas. Reações como essas são tidas como comuns em espaços virtuais, uma vez que a internet oferece uma “proteção” aos usuários, ao lhe conferir, em certa medida, um anonimato, gerando uma sensação de impunidade (Gavazzoni-Melo, 2017).

A penúltima categoria (décima sétima) “*A diversidade é benéfica para o sistema uma vez que nenhuma ideologia traz soluções perfeitas*” pode ser representada pelo excerto

O fato de existir pensamentos e lutas distintas não é ruim, ao contrário, a diversidade é benéfica para o sistema uma vez que nenhuma ideologia traz soluções perfeitas para a sociedade, assim uma pode consertar a falha da outra e vice-versa. (CZ12)

Mesmo considerando a diversidade ideológica benéfica, os estudantes ainda têm dificuldades em admitir os pontos de inflexão que a tornam elementos de preconceitos. Lima (2005), por exemplo, ao refletir sobre a ‘cidadania global’ e o papel dos estudantes neste contexto demonstra que, por mais que a polifonia ideológica seja benéfica é fundamental descortinar a que interesses atendem (Pais; Costa, 2017). Neste sentido, os estudantes não alcançaram esta abstração.

Por fim, a última categoria (décima oitava) “*O preconceito é velado e manipulado pela mídia*” pode ser representada pelo recorte: “O preconceito é velado e manipulado pela mídia, por isso a necessidade de filtrar as informações e não generalizar os estigmas já formados” (T13).

O pensamento deste estudante dialoga com Gonçalves (2016) quando se refere sobre o preconceito ser velado e manipulado pela mídia. Para o autor, a forma histórica de como se dá a estruturação social brasileira é sistematicamente ignorada pelas esferas políticas e pela mídia, que naturaliza as classes sociais ao

longo do tempo. Esta tende a estabelecer suas considerações e interpretações como se estivesse restrito apenas aos casos de corrupção no Estado, crises de representação e no sistema político e crises econômicas devido a “descontrole” dos gastos do governo sem mencionar os problemas da formação social brasileira de maneira clara e objetiva. Sendo eles: o abismo socioeconômico entre os estratos sociais, com suas causas e consequências sobre as formas de mitigação desse horizonte.

De posse desses resultados encontrados na pesquisa, entende-se que discutir política nas graduações de odontologia tem um impacto significativo na formação de trabalhadores críticos na área da saúde. Em que pese a diversidade de olhares sobre o preconceito político na percepção dos estudantes, é possível perceber quatro narrativas que constituíram essa percepção.

A primeira delas é aquela que compreende *o preconceito com o 'político' fortemente imbricado com outras dimensões do social*. Assim, o preconceito político atrelado com o preconceito social, econômico, regional, à aparência física, à questão racial e das mulheres, as faltas de representatividade destes grupos são exemplos destas narrativas, incluindo aqueles que aparentemente não definem sua posição política.

Outra narrativa vai desde a *polarização política extremada ao reconhecimento da pluralidade política como benefício para minorar o preconceito*. Assim, a divisão política muito marcada por dois lados, pessoas que muitas vezes sequer sabem o que é direita e esquerda, a falta de conhecimento que embasa a escolha política, o egocentrismo das pessoas em defender seus pontos de vista negando o ponto de vista do outro, não aceitando as diferenças, inviabilizando o diálogo, apontam para o fato que a defesa da diversidade é benéfica para o sistema, uma vez que nenhuma ideologia traz soluções perfeitas.

Em consonância com os diversos estudos apresentados, estes jovens também constroem uma narrativa do *preconceito político como algo incentivado pelas mídias e que fomenta lutas fratricidas em detrimento da união para luta coletiva*. Assim, o preconceito é velado e manipulado pela mídia, as opiniões nas

redes sociais promovem mais a intolerância cujas pessoas nestes meios social e virtual estão cada vez mais expostas e menos compreensivas, dando mais importância para o ódio e rixa, enquanto que a luta é desfocada.

Por fim, uma narrativa foi tecida sobre *o desencantamento com a política e com os políticos*. Esta se apresenta como assunções no sentido de: eu tenho preconceito político e para mim nenhum político é bom ou vai realmente fazer algo para o nosso país. Ou ainda, a vida política é muito banalizada e ocorre uma grande caricaturização dos políticos. Estas frases parecem ser formas de naturalização desses fenômenos.

Essas narrativas sintetizam a percepção de um grupo de estudantes de odontologia sobre o preconceito político, cujo estoque de conhecimento foi reformulado a partir do momento em que a universidade se adequa à realidade e pauta conteúdos que ajude a interpretar o mundo concreto. Trata-se, em última instância, de um compromisso pedagógico de um diálogo crítico com a realidade, estando em consonância com o que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de odontologia no Brasil, mas que, infelizmente, ainda é pouco expressiva e não tem a penetrabilidade desejada.

É sabido que a universidade, como espaço de formação, precisa pautar os debates que interessam a sociedade. Na ausência de um debate político na graduação em odontologia, a disciplina de Ciências Sociais em Saúde aproveitou a conjuntura política vivenciada para justificar este conteúdo como elemento essencial na formação. Assim, mesmo que uma sensação de repetição das categorias possa ser interpretada como 'superficial' consideramos estas percepções um resultado pois denota um significado sobre como os estudantes delimitam o preconceito político.

Este conteúdo abordado em um curso como o de odontologia pode ser considerado uma inovação pedagógica importante na direção da efetivação das diretrizes curriculares. Trata-se de um espaço único dentro da educação formal que opta por trabalhar temas não-biomédicos e que tenta articulá-los com a realidade a ser vivenciada pelo profissional ao se formar.

Mesmo com estas narrativas é fundamental explicitar as limitações e as possibilidades em que esse processo pedagógico se desenvolveu, a pena de não se compreender com precisão seus resultados. Uma limitação importante é a qualidade do texto elaborado. É fato que estudantes de odontologia apresentam certa 'repulsa' pela discussão sobre 'o social', podendo muitas vezes elaborar textos apressados, pouco reflexivos e que não expressem suas verdadeiras percepções sobre o preconceito político. Por isso, as categorias de análise foram baseadas, de forma fidedigna, a partir dos excertos dos textos que figuram um conteúdo sobre o preconceito político, incluindo, muitas vezes, o próprio preconceito dos alunos.

Sobre as possibilidades, é possível dizer que seus resultados expressam o que há de mais genuíno na percepção de um 'estudante de odontologia em formação', já que os estudantes participantes não passaram pelo processo de biomedicalização do pensamento massivamente predominante no curso. Além disso, o processo de análise pode ser considerado uma grande fortaleza. Contando com três analistas de conteúdo, analisando concomitantemente o mesmo material, proporcionou-se uma pluralidade de compreensões sobre 'o texto' e o seu 'contexto' produzindo uma análise com uma validade considerável.

Essa elaboração crítico-reflexiva sobre o preconceito político só pôde ter sido feita devido à estratégia pedagógica eleita. É possível afirmar que o processo pedagógico gerou mais reflexões nos estudantes, fato que poderia ter sido menos enfatizado se houvesse escolhido estratégias pedagógicas tradicionais. Logo, pode-se dizer que a adoção de uma estratégia de ensino-aprendizagem centrada em metodologias ativas, bem como o exercício da livre escrita crítico-reflexiva nos CVAs propiciaram um ambiente favorável aos estudantes e garantiu a expressão mais próxima de suas vivências e percepções.

4. Considerações finais

As percepções dos graduandos de odontologia sobre o preconceito político na conjuntura de mudanças políticas intensas vivenciadas no Brasil nos últimos três

anos, especialmente no contexto do golpe de 2016 está assentada nas seguintes narrativas: que o preconceito com o 'político' está fortemente imbricado com outras dimensões do social; que a polarização política extremada dificulta o reconhecimento da pluralidade política e a nega como benefício para minorar o preconceito; que o preconceito político é incentivado pelas mídias fomentando lutas fratricidas em detrimento da união para luta coletiva e que há uma desilusão com a política e com os políticos.

Mesmo fortemente ancoradas nos seus estoques de conhecimentos, os estudantes dialogam com os conteúdos sobre a política e o preconceito construídos no processo ensino-aprendizagem. Esta reelaboração do conhecimento é a chave necessária para tornar a universidade mais dialógica com a realidade e trazer à tona o papel social e político que se espera do futuro profissional de saúde. Os conteúdos humanístico-sociais têm uma função clara para com a formação de um profissional que decodifique a sociedade e o mundo do trabalho que lhe recebe, justificando-se ainda mais quando a situação política é de difícil leitura.

O acirramento de ânimo presente no dia a dia dos estudantes só mostra o quão profunda é a autocrítica dos grupos políticos que cada uma das partes envolvidas tem para fazer. A proposta metodológica da disciplina de Ciências Sociais em Saúde, ao promover a troca de ideias em sala de aula e a complementação do aprendizado com a livre reflexão nos cadernos virtuais aqui estudados demarcam um terreno alternativo dentro do curso de graduação em odontologia que é, tradicionalmente, focado em aspectos biológicos. A possibilidade de debater temas como preconceito político de maneira aberta no ambiente de graduação pode ser um espaço formativo importante de formação de profissionais reflexivos, críticos e que conseguem dialogar com seu tempo presente.

Referências Bibliográficas

Aguiar, V. (2016). Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Revista de Sociologia e Política*, 24(57), 113-126.

- Arcary, V. (2018, October 24). Is Bolsonaro a neo-fascist? Socialist Worker. Disponível em <https://socialistworker.org/2018/10/24/is-bolsonaro-a-neofascist>.
- Bahia, R. F. M. (2014). O discurso raciológico na literatura brasileira: Canaã de Graça Aranha. Em *Reunião Brasileira de Antropologia, 29, 2014, Natal, RN* (pp. 1-16). Natal.
- Barros, D. L. P. (2016). Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos, 58(1)*, 7-24.
- Batista, J. R. M., Leite, E. L., Torres, A. R. R. e Camino, L. (2014). Negros e nordestinos: similaridades nos estereótipos raciais e regionais. *Revista Psicologia Política, 14(30)*, 325-345.
- Bauer, M. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. Em M. Bauer e G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (pp. 189-217). Vozes.
- Bogdan, R. e Biklen, S. K. (1994). Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas. Em *Investigação qualitativa em educação* (pp. 176-182). Porto Editora.
- Borges, A. M. R. (2014). Direitos humanos: Conceitos e preconceitos. *Direitos Humanos net*. Disponível em <https://lc.cx/yiCHBz>
- Boschetti, I. (Ed.). (2018). *A expropriação e direitos no capitalismo*. Cortez.
- Brungnago, F. e Chaia, V. (2015). A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política, 7(21)*, 99-129.
- Calil, G. G. (2013). Embates e disputas em torno das jornadas de junho. *Projeto História, 47*, 377-403.
- Candau, V. M. (2008). Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação, 13(37)*, 45-56.
- Castro, M. G. e Abramovay, M. (2002). Por um novo paradigma do fazer políticas - políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos de População, 19(2)*, 19-46.

- Cavalcanti, C. (1993). País e região: desigualdades e preconceitos regionais no Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais*, 9(1), 25-40.
- Coutinho, C. N. (2010). A hegemonia da pequena política. Em F. de Oliveira, R. Braga e C. Rizek (Eds.), *Hegemonia às avessas* (pp. 29-43). Boitempo.
- Crochík, J. L. (2005). Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. *Revista Estudos de Psicologia*, 22(3), 309-319.
- Castro, H. C. D. O. e Reis, F. T. (2012). Participação política no Brasil no século XXI: mudanças e continuidades. *Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política*, 21(2).
- Demier, F. (2012). Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo-capitalismo (Portugal e Brasil). *Libertas*, 12(2), 1-22.
- Flick, U. (2009). Utilização de documentos como dado. In *Introdução à pesquisa qualitativa* (3rd ed., pp. 143-166). Editora Artmed.
- França, N. C. L. (2016). *Tatuagem: identidade, imagem e preconceito na sociedade contemporânea* (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba.
- Gaspardo, M. (2018). Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. *Estudos Avançados*, 32(92), 89-103.
- Gavazzoni-Melo, K. e Sousa, S. M. (2017). "Não é preconceito, é só a minha opinião": a construção discursiva da intolerância no Facebook. Em *Anais do SAPPIL – Estudos de Linguagem*, 8 (pp. 571-586). UFF.
- Gerbase, I. (2017). *Religião, política e mídia: as eleições municipais brasileiras de 2016 em páginas de notícias gospel no Facebook* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Gonçalves, A. H. (2016). A tolice da inteligência brasileira - ou como o país se deixa manipular pela elite. *Pegada*, 17(1), 3267-3277.
- González, R. S. (2010). Dossiê: "Os anos Lula". *Revista Debates*, 4(2), p. 7-9.
- Hoepfner, S. G. (2014). Apontamentos sobre a questão ético-midiática do discurso de ódio na rede social. *Esferas*, 3(4), 21-30.

- Iasi, M. L. (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.
- Iasi, M. (2014). As manifestações de massa e a dimensão estratégica. Em M. B. C. Abramides e M. L. Duriguetto (Eds.), *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária* (pp. 50-67). Cortez.
- Leitão, A. P. B. e Guazina, L. S. (2018). Entre conflitos e consensos: Impeachments de Dilma e Collor nas capas de jornais. *Comunicação & Sociedade*, 40(3), 195-215.
- Lima, L. (2005). Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia? *Educação, Sociedade & Culturas*, 23, 71-90.
- Marques, R. M. (2019). Brasil: direita, volver! *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 52, 10-39.
- Marques, R. M. e Mendes, Á. N. (2007). Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katalysis*, 10, 15-23.
- Martorano, L. C. (2007). Democracia burguesa e apatia política. *Revista Crítica Marxista*, 24, 37-51.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse*. Boitempo - Ed. UFRJ.
- Mendonça, R. F. (2018). Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(98), e339707.
- Meneguello, R., Speck, B. W., Sacchet, T., Mano, M. K., Santos, F. H. e Gorski, C. (2012). *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros*. Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP, Unicamp. Disponível em <https://lc.cx/fjaZKv>
- Meyer, J. (2009). Pesquisa-ação. Em C. Pope e N. Mays (Eds.), *Pesquisa qualitativa em saúde* (3rd ed., pp. 135-146). Artmed.
- Oliveira, C. M., Pereira, A. C. A., Almeida, E. C. S. e Souza, J. F. V. (2018). A quebra do padrão de beleza: a aceitação da mulher negra na sociedade. *Revista Realize*. Disponível em <https://lc.cx/E1kSo7>

- Oliveira, G. V. (2017). O Globo girando para a direita: o MBL (Movimento Brasil Livre) e as manifestações de protestos de 2015 - 2016 no Brasil. Em *Congreso ALAS Uruguay*, 23.
- Pais, A. e Costa, M. (2017). An ideology critique of global citizenship education. *Critical Studies in Education*, 1-13.
- Pimenta, S. G. (2005). Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 521-539.
- Pinto, E. C., Pinto, J. P. G., Baruco, G., Saludjian, A., Balanco, P., Schonerwald, C. e Nogueira, I. (2016). A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. Rio de Janeiro, Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em https://lc.cx/qlw_L0
- Rajagopalan, K. (2003). *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. Parábola Editorial.
- Ramos, E. B. (2017). Política, preconceito, ideologia e antipetismo nas páginas de direita do Facebook no ano eleitoral de 2014. *Albuquerque: Revista de História*, 9(17), 206-236.
- Rodrigues, P. R. G. (n.d.). Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. *Revista Psicologia & Sociedade*, 30, e173402.
- Santos, F. L. B. (2018). Do lulismo a Bolsonaro: agonia da Nova República no Brasil. *Boletín Oñteaiken*, 26, 1-16.
- Silva, G. J. (2014). Conceituações teóricas: esquerda e direita. *Humanidades em Diálogo*, 6, 149-162.
- Silva, P. P. S. (2016). Como os partidos de esquerda avaliam o governo Lula. Em *Tese: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política*, 13(1), 19-47.
- Stein, M., Nodari, C. H. e Salvagni, J. (2018). Disseminação do ódio nas mídias sociais: análise da atuação do social media. *Interações*, 19(1), 43-59.

Carnut, L., Zibovicius, C., Agripino, N.A. Preconceito político como conteúdo na percepção de estudantes de uma graduação na área da saúde

Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humana*. Petrópolis: Vozes.

Vianna, L. W. (2011). *A modernização sem o moderno*. Contraponto.

Recebido em: 27 de maio de 2024

Aceito em: 5 de setembro de 2024



Revista Educación, Política y Sociedad (ISSN 2445-4109) está distribuida bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)